

DIAGNÓSTICO DA COMPOSTAGEM ENQUANTO ETAPA DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO RIO GRANDE DO SUL.

Naiana Cristine Gabiatti^{1,2}, Felipe Prates da Silva^{1,2}, Álvaro Meneguzzi^{1,2}, Dieter Wartchow¹ (orient.)

¹Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler, ²Universidade Estadual do Rio Grande do Sul; naianagabiatti@yahoo.com.br; dieterw@portoweb.com.br.

Os resíduos sólidos urbanos (RSU) constituem um grande desafio quando se trata de níveis satisfatórios de qualidade ambiental. Além da dificuldade de um local apropriado para disposição apresentam sérios riscos de contaminação de solos, água e ar, o que evidencia a necessidade de buscar técnicas ambientalmente viáveis para o tratamento destes resíduos, dentre as quais se inclui a compostagem. A partir disto propôs-se um estudo que levasse ao diagnóstico da situação do RS com relação à aplicação desta técnica no gerenciamento dos RSU, utilizando-se, para tanto, dados do sistema interno (principalmente processos de licenciamento ambiental) da FEPAM. A ponderação dos dados de caracterização dos resíduos domésticos levou a uma fração de 52% de matéria orgânica para o RSU do estado, cuja decomposição em aterros libera metano – potencializador do efeito estufa – e um percolado de alta carga orgânica. Analisando-se a regularidade dos 496 municípios quanto ao licenciamento observou-se que mais da metade deles têm Licença de Operação (LO), mas em apenas 15% esta licença inclui compostagem. A partir deste universo, de 76 municípios, correspondendo a 13% dos 10630979 habitantes do estado (FEE, 2004), analisou-se a situação real de cada um quanto à condução do processo. Observou-se que mais de 50% destes municípios, apesar de possuírem licença para realização da técnica, não realizam compostagem. Apenas 4% dos 76, têm operação satisfatória, ou seja, têm controle total do processo aeróbio e obtêm um composto de qualidade. Dentre os fatores que dificultam a realização da técnica estão o clima da região, chuvoso e de inverno rigoroso, a baixa produção de RSU (municípios pequenos) e, principalmente, a falta de competência técnica que leva, por exemplo, a uma triagem mal realizada e, conseqüentemente, resíduos de baixa degradabilidade na leira de compostagem. Constatou-se que apenas 6% da população estadual têm seu resíduo tratado por compostagem. Os municípios estão abandonando esta prática, principalmente em vista das dificuldades técnicas e dos custos envolvidos. Considerando os benefícios apresentados pela compostagem, tais como a redução da quantidade de rejeitos a serem dispostos no aterro e da emissão de gases de efeito estufa, é importante que seja retomada esta técnica como parte do processo de gerenciamento dos resíduos sólidos, com consciência de que não há benefício financeiro direto, entretanto esta é uma ferramenta eficaz rumo à sustentabilidade ambiental.

(Apoio: CNPq / FAPERGS).